

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - ALTERADO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2026

CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2026** com o objetivo de captar patrocínio de pessoas físicas e jurídica para subsidiar despesas relativas à Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS/DOCUMENTAÇÃO

As propostas serão recebidas até dia **18 de março de 2026**, observado o seguinte:

As propostas/documentação físicas poderão ser protocolizadas na sede do CRCMG:

- Das 9h às 17h (dias úteis), até o dia **18 de março de 2026**.

As propostas/documentação em formato digital poderão ser enviadas por e-mail.

- Até às 23h59min59seg (horário de Brasília) do dia **18 de março de 2026**.

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto a captação de patrocínio de pessoas físicas e jurídicas para a Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte-MG.

1.1.1. A pessoa física ou jurídica credenciada apoiará a realização do evento visando desonerar os custos do CRCMG, por meio de contratação e pagamento de despesas relacionadas ao evento, diretamente aos fornecedores.

2. DO EVENTO

2.1. Da data

2.1.1. O evento será realizado no **dia 22 de abril de 2026**, das 19h às 23h30min.

2.2. Do local

2.2.1. O evento será realizado em espaço de eventos localizado em Belo Horizonte, com estrutura compatível com a formatação do evento e disponibilidade para a data pretendida, a ser definido após a efetivação dos acordos de patrocínio.

2.3. Do público

2.3.1. O público estimado para o evento é de 500 (quinhentas) pessoas, composto por conselheiros, representantes, membros de grupos e comissões técnicas, funcionários, ex-presidentes, autoridades e representantes do Sistema CFC/CRCs.

2.4. Não poderão participar deste Chamamento Público:

2.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do Chamamento Público, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.4.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do Chamamento Público ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.9. O impedimento de que trata o item 04.3 será também aplicado à pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.

2.4.10. A vedação de que trata o item 2.4.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO PATROCÍNIO

3.1. Serão disponibilizadas 10 (dez) cotas de patrocínio, no valor unitário de R\$30.000,00 (trinta mil reais), podendo os interessados adquirirem mais de uma cota.

3.1.1. Havendo a aquisição de mais de uma cota, serão cumulativas apenas as contrapartidas relativas à veiculação do anúncio no jornal do CRCMG e número de convites para o evento, nos termos estabelecidos neste Edital.

3.2. A patrocinadora terá como contrapartida:

3.2.1. Inserção da logomarca em destaque no palco durante a solenidade de posse;

3.2.2. Citações do nome da patrocinadora durante a solenidade de posse;

3.2.3. Veiculação de 1 (um) anúncio, no formato meia página (21cm x 14cm), no Jornal CRC News, que possui apenas versão virtual, com link para o site da patrocinadora, em uma edição, a ser definida pelo CRCMG, durante o exercício de 2026;

3.2.4. Citação do nome da patrocinadora na abertura dos eventos a serem realizados pelo CRCMG, denominados Café com o Contabilista, Fóruns e Seminários Regionalizados, durante o exercício de 2026;

3.2.5. Permissão para a patrocinadora divulgar folders e demais materiais durante a realização dos eventos presenciais do CRCMG, denominados Café com o Contabilista, Fóruns e Seminários Regionalizados, a serem realizados na sede do Conselho ou em outro local, durante o exercício de 2026;

3.2.6. Quatro convites para a solenidade de posse.

3.3. A produção e o fornecimento dos materiais eletrônicos de divulgação da PATROCINADORA mencionados nas contrapartidas das cotas de patrocínio acima descritas, inclusive os custos de produção, serão de inteira responsabilidade da PATROCINADORA

3.3.1. Os materiais de divulgação acima mencionados deverão ser submetidos para análise e aprovação prévia do CRCMG.

3.4. Os valores de patrocínio serão utilizados para custear despesas necessárias para a realização do evento, por meio de pagamento direto ao fornecedor.

3.5. A não utilização injustificada das contrapartidas, por parte da PATROCINADORA, implicará na perda do direito de utilização.

4. DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

4.1. Os processos provenientes desse chamamento serão conduzidos e julgados pela Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, designada pela Portaria CRCMG nº 007/2026.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. O presente processo será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

5.2. Poderão participar deste chamamento qualquer pessoa física ou jurídica que atenda integralmente às condições estabelecidas neste Edital.

5.3. A PATROCINADORA deverá guardar confidencialidade das informações e dados obtidos durante a vigência do Contrato de Patrocínio, exceto se expressamente autorizados pela CONTRATANTE.

5.4. Não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CRCMG às PATROCINADORAS.

5.5. É vedado o repasse em dinheiro do valor da(s) cota(s) de patrocínio(s) ao CRCMG ou a qualquer funcionário da Entidade, uma vez que os pagamentos correspondentes ao patrocínio serão efetuados diretamente aos fornecedores.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Os interessados em participar do chamamento público deverão enviar a documentação exigida neste edital em formato eletrônico, devidamente identificada conforme o item 6.4, por meio do e-mail leandro.paulino@crcmg.org.br, ou em formato físico, em envelope lacrado e devidamente identificado, conforme o item 6.5, para a sede do CRCMG, localizada à rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte – MG.

6.2. A documentação deverá ser enviada no período estipulado no preâmbulo deste edital.

6.3. Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade dos documentos.

6.4. Forma de identificação do e-mail:

Campo assunto: **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

Corpo do e-mail: Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

6.5. Forma de identificação do envelope:

À Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Conteúdo do envelope: documentos de habilitação

6.6. A participação no processo de chamamento implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

7.1. Proposta de Patrocínio

7.1.1. Proposta de patrocínio, emitida em papel timbrado, redigida na língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, constando o CNPJ/CPF, endereço, razão social, telefone e e-mail, datada e assinada pelo(s) representante(s) legal(s) do(s) interessado(s) em participar do chamamento público, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo II – Modelo de Proposta.

7.2. Documentos de Habilitação

7.2.1. Os documentos de habilitação são aqueles exigidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

8. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

8.1. A Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG se reunirá para analisar a documentação recebida em até 2 (dois) dias úteis da data de recebimento, sendo lavrada uma ata, que será assinada pelos membros da Comissão.

8.2. Os requerimentos que não estiverem de acordo com às disposições estabelecidas neste edital serão indeferidos.

8.2.1. Caso julgue necessário, a Comissão poderá solicitar documentos e informações complementares para sanar dúvidas, retificar ou ratificar informações, devendo o participante

atender aos pedidos nos prazos indicados na comunicação, sob pena de indeferimento do requerimento.

8.2.2. A interessada que tiver o seu credenciamento indeferido poderá apresentar recurso, nos termos do item 14 deste Edital.

8.2.3. No caso de indeferimento, a Instituição também poderá, durante o prazo de validade deste Chamamento Público, enviar nova documentação escoimada dos vícios que ensejaram seu indeferimento.

8.3. Concluída a análise dos requerimentos e documentos de forma favorável, será formalizada a celebração do Contrato de Patrocínio entre a PATROCINADORA e o CRCMG, sendo realizada a devida divulgação da Instituição aprovada.

8.4. Das consultas da Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG

8.4.1. A Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG verificará se o participante habilitado atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.4.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>);

8.4.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

8.4.1.3. Certidão Negativa de licitante inidôneo, mantida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:103772785698238::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

8.4.1.4. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da pessoa jurídica participante ou no nome e CPF, se pessoa física.

8.4.1.5. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa participante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.4.1.6. Para a consulta de participantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO DO PATROCÍNIO

9.1. A PATROCINADORA efetuará o pagamento diretamente aos fornecedores / prestadores de serviços indicados pelo CRCMG, por meio de boleto ou depósito na conta corrente a ser indicada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da autorização formal do CRCMG.

9.1.1. A PATROCINADORA deverá enviar para o CRCMG, no prazo de 24 horas contado da data do pagamento, a cópia da nota fiscal e do comprovante de pagamento, de forma a evidenciar a efetivação do Patrocínio.

9.2. Caso ocorra atraso no pagamento, a PATROCINADORA ficará sujeita ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da Cota de Patrocínio e juros moratórios de 0,2% por dia de atraso, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.

9.3. O atraso superior a 5 (cinco) dias ou a falta do pagamento relativo às cotas de patrocínio, ensejará a rescisão do contrato de Patrocínio, bem como a responsabilização da PATROCINADORA pelo ressarcimento de quaisquer prejuízos ou danos comprovadamente causados ao CRCMG.

9.4. O montante não quitado, as multas e os eventuais valores devidos ao CRCMG, a título de ressarcimento, serão protestados e inscritos em dívida ativa, podendo culminar na execução fiscal para cobrança dos referidos débitos, apurados em processo administrativo, na forma da lei.

10. DAS CONTRAPARTIDAS À PATROCINADORA

10.1. As contrapartidas à PATROCINADORA estão definidas nos itens 3.2 deste Edital.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1. Caso o número de interessados credenciados seja superior ao de cotas disponíveis, a distribuição das cotas será definida por meio de sorteio público, a ser realizado na sede do CRCMG.

11.1.1. A Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG convocará os credenciados para a realização do sorteio em sessão pública, no prazo de 2 (dois) dias úteis da comunicação.

11.1.1.1. A convocação será enviada para o e-mail informado na proposta da credenciada e publicada no portal do CRCMG, no menu: <https://crcmg.org.br/institucional/gestao-publica/licitacoes-e-chamamentos>.

11.2. O comparecimento à sessão pública de sorteio é facultativo.

11.3. A lista final do sorteio será publicada no portal do CRCMG, no menu: <https://crcmg.org.br/institucional/gestao-publica/licitacoes-e-chamamentos>.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA PATROCINADORA

12.1. Cumprir os prazos e atender integralmente todas as condições e especificações estabelecidas neste Edital.

12.2. Honrar os pagamentos a serem efetuados aos fornecedores do evento, mediante nota fiscal, com a devida comprovação ao CRCMG.

12.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

12.4. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venha tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

12.5. Firmar os contratos ou assinar as ordens de fornecimento ou de instrumentos congêneres com os fornecedores do evento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADO

13.1. Assegurar que o evento seja organizado de maneira apropriada, total, completa e suficiente para a consecução do objeto do presente edital.

13.2. Utilizar a marca, nome e imagem da PATROCINADORA única e exclusivamente para finalidade do contrato.

13.3. Respeitar os padrões da marca da PATROCINADORA, não lhe sendo permitida nenhuma modificação sem a prévia e expressa autorização da mesma.

13.4. Efetuar o pagamento de todas as taxas devidas, bem como obter as licenças e autorizações necessárias para a realização do evento.

13.5. Responsabilizar-se pela execução das atividades e providências necessárias à organização e realização do evento, competindo-lhe a escolha e a tomada de decisões sobre a adoção de medidas técnicas, operacionais, administrativas e financeiras para a execução desse fim, e ainda, pela fiel observância da legislação vigente em relação aos aspectos fiscais, jurídicos, contábeis, financeiros, trabalhistas, previdenciários e comerciais derivados e relacionados ao evento.

14. DOS RECURSOS E DOS PRAZOS

14.1. Das decisões relativas a esse Chamamento Público, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação do ato:

14.1.1. Das decisões da Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG, relativas ao julgamento das propostas, à habilitação e sorteio;

14.1.2. Da anulação ou revogação do Processo.

14.2. O recurso deverá ser enviado exclusivamente por e-mail para o endereço eletrônico leandro.paulino@crcmg.org.br.

14.3. O recurso será dirigido à Presidente do CRCMG, por intermédio da Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à Presidente do CRCMG, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.4. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item, em dia de expediente do CRCMG.

15. DA VIGÊNCIA

15.1. O Contrato de Patrocínio vigorará até o dia 31/12/2026.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, referentes a este Chamamento Público, deverão ser enviados à Comissão de Seleção dos Chamamentos Públicos do CRCMG, exclusivamente por meio do endereço eletrônico leandro.paulino@crcmg.org.br.

16.2. As solicitações de documentos e informações complementares, referentes a este Chamamento Público, serão realizadas exclusivamente através dos dados de contato

informados na proposta do participante interessado, sendo de sua responsabilidade realizar o preenchimento correto das informações de contato.

16.3. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Subseção Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.4. Integram este Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Apêndice I do Termo de Referência – Estudos Técnicos Preliminares;
- Anexo II - Modelo de Proposta;
- Anexo III – Minuta de Contrato de Patrocínio

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2026.

Maria da Conceicao Barros de Rezende Ladeira
Presidente do CRCMG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, visando à captação de patrocínio para custeio das despesas com a Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte-MG.

Valor unitário da cota	Quantidade de cotas ofertadas	Valor total a ser captado
R\$ 30.000,00	10	R\$ 300.000,00

1.2. Da data e horário

- 1.2.1. O evento será realizado no **dia 22 de abril de 2026**, das 19h às 23h30min.

1.3. Do local

- 1.3.1. O evento será realizado em espaço de eventos localizado em Belo Horizonte, com estrutura compatível com a formatação do evento e disponibilidade para a data pretendida, a ser definido após a efetivação dos acordos de patrocínio.

1.4. Do público

- 1.4.1. O público estimado para o evento é de 500 (quinhentas) pessoas, composto por conselheiros, representantes, membros de grupos e comissões técnicas, funcionários, ex-presidentes, autoridades e representantes do Sistema CFC/CRCs.;

1.5. Da vigência do contrato de patrocínio

- 1.5.1. O contrato de patrocínio terá vigência até 31/12/2026, nos termos do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Captação de patrocínio para a Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte/MG.
- 2.2. A captação de patrocínio permitirá providenciar as contratações necessárias para a realização do evento, proporcionando, assim, a estrutura, conforto e condições adequadas para a promoção desta cerimônia.
- 2.3. A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico de assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.
- 2.4. A iniciativa está alinhada ao Planejamento Estratégico da Entidade, conforme definido nos objetivos do Sistema de Gestão da Qualidade, em especial, o de aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro, fiscalização e educação continuada.
- 2.5. Considerando que serão disponibilizadas 10 (dez) cotas de patrocínio e que poderão ser adquiridas, paralelamente, pelos interessados, e que serão firmados contratos com diversos patrocinadores, verifica-se que a solução possui fundamento na hipótese prevista no inciso I do art. 79 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

- 2.6. Observado o disposto no inciso XLIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, o credenciamento se dará por processo de chamamento público:

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

- 2.7. O presente processo de chamamento público fundamenta-se, ainda, como inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos para a captação dos patrocínios encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1. Serão disponibilizadas 10 (dez) cotas de patrocínio, no valor unitário de R\$30.000,00 (trinta mil reais), podendo a empresa interessada adquirir mais de uma cota.
- 5.2. **As contrapartidas consistirão:**
- 5.2.1. Inserção da logomarca em destaque no palco durante a solenidade de posse;
- 5.2.2. Citações do nome da patrocinadora durante a solenidade de posse;
- 5.2.3. Veiculação de 1 (um) anúncio, no formato meia página (21cm x 14cm), no Jornal CRC News, que possui apenas versão virtual, com link para o site da patrocinadora, em uma edição, a ser definida pelo CRCMG, durante o exercício de 2026;
- 5.2.4. Citação do nome da patrocinadora na abertura dos eventos a serem realizados pelo CRCMG, denominados Café com o Contabilista, Fóruns e Seminários Regionalizados, durante o exercício de 2026;
- 5.2.5. Permissão para a patrocinadora divulgar folders e demais materiais durante a realização dos eventos presenciais do CRCMG, denominados Café com o Contabilista,

Fóruns e Seminários Regionalizados, a serem realizados na sede do Conselho ou em outro local, durante o exercício de 2026;

5.2.6. Quatro convites para a solenidade de posse.

5.3. A produção e o fornecimento dos materiais eletrônicos de divulgação da PATROCINADORA mencionados nas contrapartidas das cotas de patrocínio acima descritas, inclusive os custos de produção, serão de inteira responsabilidade da PATROCINADORA

5.3.1. Os materiais de divulgação acima mencionados deverão ser submetidos para análise e aprovação prévia do CRCMG.

5.4. Os valores de patrocínio serão utilizados para custear despesas necessárias para a realização do evento, por meio de pagamento direto ao fornecedor.

5.5. A não utilização injustificada das contrapartidas, por parte da PATROCINADORA, implicará na perda do direito de utilização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação

que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

GESTOR DO CONTRATO

- 6.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO DAS COTAS DE PATROCÍNIO

- 7.1. A PATROCINADORA efetuará o pagamento diretamente aos fornecedores / prestadores de serviços indicados pelo CRCMG, por meio de boleto ou depósito na conta corrente a ser indicada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da autorização formal do CRCMG.
- 7.2. A PATROCINADORA deverá enviar para o CRCMG, no prazo de 24 horas contado da data do pagamento, a cópia da nota fiscal e do comprovante de pagamento, de forma a evidenciar a efetivação do Patrocínio.

- 7.3. Caso ocorra atraso no pagamento, a PATROCINADORA ficará sujeita ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da Cota de Patrocínio e juros moratórios de 0,2% por dia de atraso, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.
- 7.4. O atraso superior a 5 (cinco) dias ou a falta do pagamento relativo às cotas de patrocínio, ensejará a rescisão do acordo de Patrocínio, bem como a responsabilização da PATROCINADORA pelo ressarcimento de quaisquer prejuízos ou danos comprovadamente causados ao CRCMG.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Não haverá desembolso por parte do CRCMG.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1. Os patrocínios serão captados por meio de processo de chamamento público, mediante o credenciamento dos interessados, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.2. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de credenciamento, firmando-se os contratos nos termos do inciso I do art. 79 c/c inciso IV do art. 74, ambos, da Lei n.º 14.133/2021.

10. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PATROCÍNIO

- 10.1 Proposta de patrocínio, emitida em papel timbrado, redigida na língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, constando o CNPJ/CPF, endereço, razão social, telefone e e-mail, datada e assinada pelo(s) representante(s) legal(s) do(s) interessado(s) em participar do chamamento público, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo II – Modelo de Proposta.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 11.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 11.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, cartão do CNPJ;
- 11.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 11.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

No caso de Pessoa física:

- 11.10. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.11. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 12.2. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (Acesso em: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar>);
- 12.3. Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); (Acesso em: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);
- 12.4. Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Acesso em: <http://www.tst.jus.br/certidao>);
- 12.5. As certidões exigidas nos subitens anteriores poderão ser emitidas pelo CRCMG, nos respectivos sítios eletrônicos, caso o participante não tenha conseguido emitilas antecipadamente.
- 12.6. A emissão das certidões ocorrerá no durante a análise da documentação do participante, caso necessário. Não sendo possível a emissão das certidões correspondentes por meio do sítio oficial, ou na hipótese de elas se encontrarem vencidas no referido sistema, o participante será considerado desclassificado.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.2. O montante total a ser arrecadado com as 10 (dez) cotas de patrocínios corresponde ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme discriminado na tabela abaixo:

Valor unitário da cota	Quantidade disponíveis	Valor total a ser captado
R\$ 30.000,00	10	R\$ 300.000,00

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2. Não haverá desembolso de recursos por parte do CRCMG às patrocinadoras.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.2. Os patrocinadores poderão ser responsabilizados administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ficando sujeitos às sanções do mesmo diploma legal, naquilo que for aplicável, assim aquelas previstas em contrato.

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES

PRESIDENTE DO CRCMG

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do Objeto	Gerência de Desenvolvimento Profissional
Responsável Pela Demanda	Davidson Volpe Junqueira
Equipe de Planejamento	Davidson Volpe Junqueira Júlio César da Silva Izaías Angelo Gomes

NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Captação de patrocínio para a Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte/MG.

2.2. A captação de patrocínio permitirá providenciar as contratações necessárias para a realização do evento, proporcionando, assim, a estrutura, conforto e condições adequadas para a promoção dessa cerimônia.

2.3. A solução permitirá, ainda, desonerar o CRCMG dos custos envolvidos nas contratações da solenidade, em eleição dos princípios da eficiência e da economicidade, mediante contrapartidas definidas, formalmente, pela entidade.

2.4. A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico de assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Gerência de Desenvolvimento Profissional	Davidson Volpe Junqueira

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos:

4.1. O presente processo será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

4.2. Poderão participar deste chamamento qualquer pessoa jurídica que atenda integralmente às condições estabelecidas no edital do chamamento público.

4.3. A PATROCINADORA deverá guardar confidencialidade das informações e dados obtidos durante a vigência do Contrato de Patrocínio, exceto se expressamente autorizados pela CONTRATANTE.

4.4. Não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CRCMG às PATROCINADORAS.

4.5. É vedado o repasse em dinheiro do valor da(s) cota(s) de patrocínio(s) ao CRCMG ou a qualquer funcionário da Entidade, uma vez que os pagamentos correspondentes ao patrocínio serão efetuados diretamente aos fornecedores.

4.6. A empresa interessada em firmar o acordo de patrocínio com o CRCMG deverá comprovar sua regularidade fiscal-trabalhista, por meio da apresentação das Certidões abaixo:

- a) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Vigência contratual

4.7 O contrato de patrocínio terá vigência até 31/12/2026, nos termos do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021.

Requisitos legais e regulamentares:

4.8. A contratação seguirá as diretrizes da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 11.878/2024.

Continuidade dos serviços

4.9. Não se aplica.

Crítérios e práticas de sustentabilidade

4.10. Não se aplica, tendo em vista que se trata da captação de recursos destinados ao patrocínio da Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A captação de patrocínio para custeio de solenidade de posse de nova gestão é uma medida comum, no âmbito da Administração Pública, adotada, inclusive, em outras oportunidades também pelo CRCMG, sendo a alternativa mais adequada ao atendimento dos objetivos almejados, conforme se verifica pela pesquisa levantada abaixo:

Órgão/entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª (quarta) Região- CREFITO-4

Processo: Edital de Chamamento Público nº 02/2022

Órgão/entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Processo: Edital de Chamamento Público nº 01/2024

Órgão/entidade: 15ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina

Processo: Chamada Pública – Edital n.º 03/2025

5.2. Os documentos estão anexos ao presente ETP.

SOLUÇÃO

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução como um todo diz respeito à captação de patrocínio, visando ao custeio das despesas com a realização da Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte/MG.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Estima-se que a quantidade de 10 (dez) cotas são suficientes à cobertura das despesas com a solenidade da posse, considerando os valores unitários e total discriminados o item “Estimativa do Valor” constante deste ETP.

8. ESTIMATIVA DO VALOR

8.1. Conforme trazido nestes Estudos Técnicos, não haverá desembolso de recursos por parte do CRCMG, uma vez que se trata de captação de patrocínio.

8.2. A previsão de arrecadação encontra-se discriminada abaixo:

Valor unitário da cota	Quantidade de cotas ofertadas	Valor total a ser captado
------------------------	-------------------------------	---------------------------

R\$ 30.000,00	10	R\$ 300.000,00
---------------	----	----------------

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Conforme trazido nestes Estudos Técnicos, poderão ser apresentadas ofertas de patrocínios, por possíveis interessados, para cada uma das 10 (de) cotas disponíveis, possibilitando-se, portanto, o parcelamento da solução.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A solução está alinhada ao Planejamento Estratégico da Entidade de assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão.

10.2. Considerando que não há dispêndio de recursos por parte do CRCMG, não há previsão no plano de trabalho de 2026 e no Plano de Contratações Anual de 2026.

PLANEJAMENTO

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

11.1. A captação de patrocínio para a realização da Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG proporcionará benefícios institucionais, administrativos e econômicos, destacando-se:

- a) Viabilização financeira do evento, sem a necessidade de utilização de recursos próprios do CRCMG, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência;
- b) Fortalecimento da imagem institucional do CRCMG, por meio da realização de evento compatível com a relevância e a representatividade da Entidade perante a classe contábil e a sociedade;
- c) Ampliação da transparência e da impessoalidade, uma vez que a seleção das patrocinadoras ocorrerá por meio de chamamento público, assegurando igualdade de condições aos interessados;
- d) Melhoria da qualidade da solenidade, possibilitando a contratação de serviços e recursos adequados para garantir conforto, organização e segurança aos participantes;
- e) Estreitamento do relacionamento institucional entre o CRCMG e outras entidades da Administração Pública participantes da solenidade, com vistas a viabilizar ações em comum e de interesse público.

g) Conformidade com boas práticas de governança pública, alinhando-se a experiências exitosas adotadas por outros conselhos profissionais e entidades da administração pública.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. As contratações específicas serão custeadas diretamente pelos patrocinadores credenciados.

12.2. O CRCMG providenciará a contratação do local de realização da solenidade de posse.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se aplica.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

VIABILIDADE

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Diante dos elementos acima expostos, a Equipe de Planejamento se manifesta pela viabilidade do processo de captação de patrocínio para a Solenidade de Posse da nova diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte/MG, observados os aspectos econômicos, de conveniência e oportunidade.

15. RESPONSÁVEIS

Davidson Volpe Junqueira
Membro

Júlio César da Ailva
Membro

Izaías Angelo Gomes
Membro

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

INTERESSADO: _____
CNPJ/CPF: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____
(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Chamamento Público em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de patrocínio.

OBJETO: Patrocinar a Solenidade de Posse da Nova Diretoria do CRCMG, gestão 2026-2027, que será realizada no dia 22 de abril de 2026, em Belo Horizonte - MG.

QUANTIDADE DE COTAS	XX
VALOR TOTAL OFERTADO PARA PATROCÍNIO	R\$ XX.XXX,XX

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

O valor ofertado será fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência do Contrato de Patrocínio.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital do CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2026.

Dados do representante legal do interessado, responsável pela assinatura do Contrato de Patrocínio:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO DE PATROCÍNIO

Contrato de Patrocínio que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ sob o número 17.188.574/0001-38, representado por sua presidente, Contadora Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira, de ora em diante denominado PATROCINADO, e, de outro, XXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXX, de ora em diante denominada PATROCINADORA, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a concessão de patrocínio por parte da PATROCINADORA, ao evento “Solenidade de Posse da Nova Diretoria do CRCMG”, que será realizada no **dia 22 de abril de 2026**, em Belo Horizonte – MG.

1.2. Pela concessão do patrocínio ao evento, a PATROCINADORA terá direito às seguintes contrapartidas:

1.2.1. Inserção da logomarca em destaque no palco durante a solenidade de posse;

1.2.2. Citações do nome da patrocinadora durante a solenidade de posse;

1.2.3. Veiculação de 1 (um) anúncio, no formato meia página (21cm x 14cm), no Jornal CRC News, que possui apenas versão virtual, com link para o site da patrocinadora, em uma edição, a ser definida pelo CRCMG, durante o exercício de 2026;

1.2.4. Citação do nome da patrocinadora na abertura dos eventos a serem realizados pelo CRCMG, denominados Café com o Contabilista, Fóruns e Seminários Regionalizados, durante o exercício de 2026;

1.2.5. Permissão para a patrocinadora divulgar folders e demais materiais durante a realização dos eventos presenciais do CRCMG, denominados Café com o Contabilista, Fóruns e Seminários Regionalizados, a serem realizados na sede do Conselho ou em outro local, durante o exercício de 2026;

1.2.6. Quatro convites para a solenidade de posse.

1.3. A produção e o fornecimento dos materiais eletrônicos de divulgação da PATROCINADORA mencionados nas contrapartidas das cotas de patrocínio acima descritas, inclusive os custos de produção, serão de inteira responsabilidade da PATROCINADORA

1.3.1. Os materiais de divulgação acima mencionados deverão ser submetidos para análise e aprovação prévia do CRCMG.

1.4. Os valores de patrocínio serão utilizados para custear despesas necessárias para a realização do evento, por meio de pagamento direto ao fornecedor.

1.5. A não utilização injustificada das contrapartidas, por parte da PATROCINADORA, implicará na perda do direito de utilização.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PATROCÍNIO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. A PATROCINADORA efetuará os pagamentos correspondentes ao patrocínio, no valor total de **R\$ XX.XXX,XX (xxxxxxx mil reais)**, referente a **XX** cotas de patrocínio, diretamente aos fornecedores indicados pelo PATROCINADO, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da autorização formal do PATROCINADO, mediante nota fiscal, com a devida comprovação ao CRCMG.

2.2. Os comprovantes de pagamento, bem como as Notas Fiscais das respectivas operações de patrocínio, deverão ser encaminhados à Gerência de Desenvolvimento Profissional, pela PATROCINADORA, em até 24 horas após a sua quitação. Tais documentos irão compor o processo de prestação de contas, podendo ser em cópia autenticada pelo cartório ou pelo próprio funcionário do CRCMG, desde que tal documento confira com o original.

2.3. Todos os tributos federais e municipais, encargos e contribuições fiscais, eventualmente devidos pela execução dos serviços objeto deste Contrato, serão de responsabilidade da PATROCINADORA, bem como suas obrigações acessórias. Os tributos, quando devidos na fonte, deverão ser retidos na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS

3.1. Este instrumento não envolve a transferência de nenhum recurso financeiro do PATROCINADO à PATROCINADORA e nem da PATROCINADORA ao PATROCINADO, uma vez que os valores correspondentes ao patrocínio serão pagos diretamente aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PATROCINADORA

4.1. Cumprir os prazos e atender integralmente a todas condições e especificações estabelecidas neste Contrato e no Edital de Chamamento Público CRCMG nº 001/2026.

4.2. Honrar os pagamentos a serem efetuados diretamente ao fornecedor indicado pelo PATROCINADO para realização do evento citado no item 1.1 deste Contrato de Patrocínio, até o valor limite estabelecido no item 2.1.

4.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

4.4. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

4.5. Firmar os contratos ou assinar as ordens de fornecimento ou de instrumentos congêneres com os fornecedores do evento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADO

5.1. Assegurar que o Evento seja organizado de maneira apropriada, total, completa e suficiente para a consecução do objeto do presente.

5.2. Utilizar a marca, nome e imagem da PATROCINADORA única e exclusivamente para finalidade deste Contrato.

5.3. Respeitar os padrões da marca da PATROCINADORA , não lhe sendo permitida nenhuma modificação sem a prévia e expressa autorização da mesma.

5.4. Efetuar o pagamento de todas as taxas devidas, bem como obter as licenças e autorizações necessárias para a realização do Evento.

5.5. Responsabilizar-se pela execução das atividades e providências necessárias à organização e realização do Evento, competindo-lhe a escolha e a tomada de decisões sobre a adoção de medidas técnicas, operacionais, administrativas e financeiras para a execução desse fim, e ainda, pela fiel observância da legislação vigente em relação aos aspectos fiscais, jurídicos, contábeis, financeiros, trabalhistas, previdenciários e comerciais derivados e relacionados ao Evento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Contrato terá vigência até dia 31/12/2025, com início a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. Este instrumento será fiscalizado pelo Gerente de Desenvolvimento Profissional do CRCMG.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

8.1. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Contrato que não seja sanada no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da comunicação formal da Parte prejudicada nesse sentido, acarretará à parte infratora o pagamento de multa não compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor global deste Contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

8.2. Caso ocorra atraso no pagamento, a PATROCINADORA ficará sujeita ao pagamento de multa de 1% sobre o valor da Cota de Patrocínio e juros moratórios de 0,2% por dia de atraso, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.

8.3. O atraso superior a 5 (cinco) dias ou a falta do pagamento relativo às cotas de patrocínio, ensejará a rescisão do contrato de Patrocínio, bem como a responsabilização da PATROCINADORA pelo ressarcimento de quaisquer prejuízos ou danos comprovadamente causados ao CRCMG.

8.4. O montante não quitado, as multas e os eventuais valores devidos ao CRCMG, a título de ressarcimento, serão protestados e inscritos em dívida ativa, podendo culminar na execução fiscal para cobrança dos referidos débitos, apurados em processo administrativo, na forma da lei.

CLÁUSULA NONA - DA CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. O CRCMG, seguindo as boas práticas de governança e compliance, está comprometido com seus deveres de garantia da privacidade e de proteção de dados pessoais e preza, em todas as relações contratuais, que os envolvidos adotem boas práticas de governança, visando sempre o respeito à legislação vigente.

9.2. Neste sentido, a PATROCINADORA declara estar ciente de que a CRCMG é uma entidade de fiscalização, tendo como uma de suas atividades precípuas o registro de categoria profissional, regida pelo princípio do acesso à informação, normatizado pela Lei n.º 12.527/2011

(Lei de Acesso à Informação). Sendo assim, realiza o tratamento de dados para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições legais do serviço público. Portanto, eventuais dados pessoais dos sócios, representantes legais, prepostos e demais envolvidos na relação do objeto do presente termo de parceria estarão disponíveis no Portal da Transparência, nos termos do art. 23 da LGPD.

9.3. A PATROCINADORA, no ato da assinatura do presente termo de patrocínio, declara que se encontra adequada e capaz de garantir a devida proteção e manuseio dos dados pessoais que identifiquem ou tornem identificáveis quaisquer empregados, clientes, agentes, usuários final, fornecedor, contatos ou qualquer pessoa natural cujos dados pessoais sejam objeto de tratamento das respectivas instituições a quem pertencem os sócios quotistas, incluindo suas filiais, subsidiárias, ou grupo econômico a que pertençam, em conformidade com a LGPD.

9.4. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei n.º 13.709/2018, aos quais se submeterão os serviços, para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

9.5. As partes deverão adotar todas as políticas e medidas protetivas definidas na LGPD, promovendo políticas de proteção de dados com adoção de ferramentas tecnológicas, jurídicas e humanas, para coleta e proteção de dados pessoais de pessoas naturais, no âmbito do desenvolvimento do objeto do presente termo de parceria.

9.6. Ressalvado o disposto no item 9.7, é vedada à PATROCINADORA a subcontratação do processamento dos dados pessoais recebidos, bem como a transferência do processamento ou tratamento para qualquer empresa ou terceiro, inclusive no exterior, sem o consentimento prévio por escrito do CRCMG, no âmbito do objeto deste termo.

9.7. A PATROCINADORA, no âmbito de suas relações comerciais próprias, poderá contratar serviços de armazenamento em nuvem para os dados relacionados ao presente termo de patrocínio, desde que essenciais à execução dos serviços e em acordo com as finalidades e os limites deste ajuste e as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

9.7.1. A PATROCINADORA atesta que a prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem possui condições de fornecer o nível adequado de proteção dos dados sob a sua guarda, em conformidade com as exigências estipuladas na Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

9.7.2- A prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem atuará na condição de suboperadora dos dados e, no caso de descumprir as determinações da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), responderá a PATROCINADORA perante o CRCMG.

9.8. A PATROCINADORA se compromete, na execução das suas atividades previstas neste termo, a não coletar dados pessoais de terceiros sem a observância dos pressupostos da LGPD, tampouco compartilhar ou enviar tais dados para o CRCMG, quando seu tratamento estiver em desconformidade com a referida legislação, sob pena de caracterizar inadimplemento contratual, passível, inclusive, de motivar a rescisão prevista no presente termo de parceria.

9.9. Os dados obtidos em razão desse termo serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a

rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

9.10. A PATROCINADORA se compromete com a qualidade dos dados pessoais eventualmente fornecidos ao CRCMG em decorrência do presente termo de patrocínio, reforçando a finalidade pública deste, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD, zelando pela entrega de dados corretos e atualizados, buscando sempre o melhor interesse dos titulares e respeitando os seus direitos.

9.11. Encerrada a vigência do termo de patrocínio ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a PATROCINADORA interromperá o tratamento dos dados pessoais e os eliminará completamente com todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando a PATROCINADORA tenha que os manter para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD, sob pena de responsabilização administrativa, cível e penal.

9.12. Em caso de eventual coleta de dados pessoais sensíveis, esta será realizada mediante prévia aprovação do CRCMG, sendo a PATROCINADORA responsável por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste termo de patrocínio e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

9.13. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CRCMG será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes no item 9.11 acima.

9.14. As partes informarão imediatamente entre si caso o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou terceiros solicitem informações sobre o tratamento de dados pessoais relacionados ao presente termo de patrocínio ou mesmo determine, legalmente amparada, a eliminação ou anonimização dos dados compartilhados.

9.15. A PATROCINADORA cooperará com o CRCMG no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle externo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO CRCMG

10.1. O Contratado deverá tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação do CRCMG, instituída pela Resolução CRCMG nº 077/2025, disponível em <http://cadaastro.crcmg.org.br/ged/>, e se comprometer com a observância e o acatamento de suas diretrizes, sempre que tiver acesso a qualquer informação ou comunicação do CRCMG, oriundas da relação firmada por este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA/DIGITAL

11.1. Nos termos da Lei nº 14.063/2020 e do Decreto nº 10.543/2020, as partes e as testemunhas concordam expressamente em utilizar assinatura eletrônica para ratificação e legitimação dos termos ajustados no presente instrumento, reconhecendo que a formalização, por esse procedimento, é bastante suficiente à sua integral validade jurídica e vinculação das partes ao Contrato.

11.2. As partes renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (não eletrônicas) assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas digitais ou eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal Subseção Belo Horizonte, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, em especial ao domicílio e sede das Partes.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contadora Maria da Conceicao Barros de Rezende Ladeira

PATROCINADORA XXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

Testemunhas:

- 1.
- 2.

Visto Jurídico: